

TV *Pendrive*: o que dizem os professores

2

Ana Cláudia Cerini Trevisan*
Gabriela Spagnuolo Cavicchioli**
Mariana Sieni da Cruz Gallo***
Doralice Aparecida Paranzini Gorni****

Resumo: Este estudo pretende discutir as relações existentes entre mídia e educação, analisando as políticas públicas que influenciaram a criação da TV *Pendrive*, identificando a percepção dos professores acerca da mesma. Justifica-se pelo fato de que no ano de 2007 o governo federal criou o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), com o objetivo de informatizar o ensino, buscando promover uma educação com maior qualidade. Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, com vistas à inclusão e ao acesso de alunos e professores da rede pública estadual às novas tecnologias, criou o projeto TV *Pendrive*. Para a

Abstract: This study discusses the relationship between media and education, analyzing public politics that influenced the creation of TV *Pendrive* and identifying the teachers' perception about the same. Justified by the fact that in 2007 the federal government created the National Program of Educational Technology (ProInfo), aiming to computerize education, seeking to promote a higher quality education. In this context, the Secretary of Education, the state of Parana with a view to inclusion and access for students and teachers of public schools to new technology, created the project *Pendrive* TV. To achieve this study were carried

* Universidade Estadual de Londrina – Paraná/Centro Universitário Filadélfia – Londrina – Paraná (UEL/Unifil). *E-mail:* clautrevisan@sercomtel.com.br. Área de interesse: Formação de professores.

** Universidade Estadual de Londrina (UEL). *E-mail:* gabi_uel@hotmail.com. Área de interesse: Mídia educacional.

*** Universidade Estadual de Londrina (UEL). *E-mail:* marianasieni@yahoo.com.br. Área de interesse: Formação de professores.

**** Universidade Estadual de Londrina (UEL). *E-mail:* doragorni@onda.com.br. Área de interesse: Políticas educacionais.



concretização desse estudo, foram realizadas pesquisas e análises bibliográficas, bem como um levantamento com professores da educação básica pública estadual da cidade de Londrina/PR, visando a identificar a percepção dos mesmos em relação à TV *Pendrive*. Como resultado, constatou-se que as políticas públicas, especialmente as voltadas à educação, parecem ser implantadas pelo governo sem a anuência dos educadores.

Palavras-chave: Mídia. Políticas educacionais. Professores. ProInfo. TV *Pendrive*.

out bibliographic research and analysis, as well as a survey to teachers in public basic education state of the city of Londrina/PR, to identify their perception front of the TV *Pendrive*. As a result, it was found that public policies, especially those geared towards education, seem to be deployed by the government without the consent of the educators.

Keywords: Educational politics. Media. ProInfo. Teachers. TV *Pendrive*.



Introdução



Atualmente, com a dominação do homem pela economia, passou-se a enfatizar o prestígio individual, diretamente relacionado ao que conquistou ou possui, e, na era da globalização, um indivíduo que não tem recursos tecnológicos ou não sabe como utilizá-los é visto como alheio às transformações do mundo e aquém das expectativas sociais e econômicas.

Nesse contexto, os recursos tecnológicos começaram a ser inseridos no ambiente escolar. É válido lembrar que desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o professor passou a receber sugestões metodológicas envolvendo recursos tecnológicos. Segundo Zancheta Júnior (2008),

os Parâmetros Curriculares Nacionais [...], além da participação da própria mídia (por meio de articulistas, programas e canais específicos, entre outros), sinalizam nessa direção. Os meios de comunicação ofereceriam uma janela para o mundo ou serviriam como veículo privilegiado para um projeto de cidadania ajustado à chamada “era da informação”. Essa proposta consolida-se no cenário educacional contemporâneo, mesmo com as dificuldades materiais e a incipiente cultura escolar em termos de formação midiática. (p. 141).



Corroborando essa afirmação, em 2007 por meio do Decreto-lei 6.300, o governo federal criou o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Não é possível afirmar que o mesmo tenha sido criado com a finalidade de ajustar o projeto de cidadania à era da informação; sabe-se apenas que esse programa visa à informatização do ensino, buscando promover uma educação com maior qualidade.

Em decorrência, no ano de 2008, as escolas do Estado do Paraná começaram a receber as TVs *Pendrive*. Todavia, os objetivos desse projeto do estado, as políticas que o instituem e que fazem a relação dessas com o ProInfo, bem como a relação com o processo de ensino e aprendizagem, por meio da ação do professor, ainda não estão muito claros para os educadores.

Por essa razão, este estudo pretendeu analisar as políticas públicas que influenciaram a criação do projeto TV *Pendrive*.

Para tanto, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica acerca da relação e uma entre mídia e educação; da legislação vigente, especificamente do decreto-lei que instituiu o ProInfo e do projeto denominado TV *Pendrive*. Todavia, no decorrer da análise bibliográfica, sentiu-se a necessidade de verificar a incidência dessas políticas e do projeto do estado na ação direta do professor. Em função disso, realizou-se breve investigação com os professores da educação básica pública estadual da cidade de Londrina/PR, visando a identificar a percepção dos mesmos em relação à TV *Pendrive*.

Não se pretende esgotar a discussão acerca da TV *Pendrive*, tampouco em torno do ProInfo, mas contribuir para uma reflexão sobre as políticas, que incidem diretamente na atuação do professor e no processo de ensino e aprendizagem.

Contexto social: mídia e educação

O surgimento e o desenvolvimento dos meios de comunicação vêm ganhando espaço considerável no que diz respeito à vida social e à cotidiana das pessoas, tanto no Brasil quanto em todo o mundo. Nesse sentido, percebe-se o aumento do consumo de equipamentos relacionados aos avanços tecnológicos, tais como, celulares, computadores e eletroeletrônicos em geral.

Todavia, mesmo a parcela da população que não tem tais equipamentos, não está isenta do bombardeio de informações midiáticas,



visto que o seu redor globalizado a atinge, seja por meio de *outdoors*, televisores ligados concomitantemente às vitrinas das lojas de eletroeletrônicos, seja por conversas informais sobre notícias veiculadas na televisão, na internet, no rádio, entre outras.

Assim, pode-se afirmar que a mídia é um instrumento de poder e exerce influência na vida das pessoas, reconfigurando estruturas mentais relacionadas diretamente à cultura, quer no cotidiano, quer nas formas de agir, pensar e ser.

A mídia, na medida em que exerce influência sobre o universo simbólico das pessoas, é um instrumento com o poder de ensinar e educar o povo, mas também de deseducá-lo. Sem dúvida, houve aperfeiçoamento e sofisticação dos meios de comunicação e informação, mas as gerações da era *midia* convivem com ambientes maquiados pelos discursos vazios e destituídos de conhecimento. Com o objetivo de garantir a aceitação do público, os meios de comunicação de massa, tanto a mídia impressa quanto a mídia eletrônica, preocupam-se em oferecer notícias sedutoras, atrativas e espetaculares. (TERUYA, 2006, p. 47).

Sob essa perspectiva, entendemos que a mídia é um elemento importante no processo de educação das pessoas. Nesse norte, ela se insere no processo educacional que, de acordo com Saviani (2003), pode ser entendido como um fenômeno social que perpassa as condições sociopolíticas e econômicas das sociedades de classes. Há que se considerar, no entanto, que, em nossa sociedade, o espaço destinado à transmissão/assimilação dos conhecimentos de modo formal é a escola, que não pode ser entendida como instituição independente e autossuficiente.

Sendo assim, o papel social da escola é analisado de diferentes formas, por diversos autores. De acordo com Bourdieu (apud SAMPAIO; LEITE, 2001, p. 47), a instituição formal de ensino “é capaz apenas de reproduzir as determinações da sociedade, e, portanto, reproduzir suas desigualdades e a aceitação delas”.

Atualmente, sob esse enfoque, tem-se uma concepção dialética, que acredita ser a escola capaz de produzir e transformar ao mesmo tempo, pois possui um trabalho essencialmente político. Todavia, a escola não pode ser a única responsável pelas transformações sociais, mas tem possibilidades de realizar um trabalho crítico de formação dos indivíduos, socializando-o e o democratizando. (SAMPALIO; LEITE, 2001).



Para que a escola cumpra seu papel social e que se tenha uma democratização de fato, é necessário o acesso às tecnologias, visto as grandes transformações que as novas mídias e aparatos midiáticos vêm impondo à nossa sociedade. Sendo assim, “cabe à escola ensinar o aluno a lidar com a informação e não a consumi-la apenas. Por isso, é necessário que os meios técnicos de informação estejam à disposição da escola; que a ciência e a tecnologia façam parte de seu cotidiano reflexivo” conforme Guineto (apud SAMPAIO; LEITE, 2001, p. 49).

No entanto, segundo Zancheta Júnior (2008), a mídia aparece de maneira tímida como objeto de estudo nas diretrizes oficiais. Ainda que, explicitamente, os PCNs tenham postulado a necessidade do domínio das “tecnologias de informação”, ressaltando a importância de o professor preparar-se para tal, eles “não explicitam a necessidade de política específica, nem como o professor deve fazer para preparar-se”. (p. 150).

Não se pode afirmar que por conta dessa lacuna deixada pelos PCNs, o governo federal tenha criado o ProInfo. No entanto, esse programa foi criado com a finalidade de informatizar o ensino e capacitar o professor para tal, fato que, sem dúvida, incide em uma política específica.

Sobre o ProInfo

O ProInfo, aprovado pelo Decreto-lei 6.300, de 12 de dezembro de 2007, atendendo ao disposto na Lei 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, tem por finalidade promover o uso pedagógico das TICs.

O Plano Nacional de Educação estabelecia em suas diretrizes para o Ensino Fundamental que deveria ser assegurada

a melhoria da infra-estrutura física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas a portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos. (BRASIL, 2001).

Entende-se que o Decreto-lei 6.300/2007 foi sancionado com o objetivo de atender à diretriz proposta, visando a estabelecer uma política pública para utilização das tecnologias no ensino.

Desse modo, o referido decreto assinala, em oito artigos, os objetivos do ProInfo, os meios para efetivação do mesmo, bem como a responsabilidade e participação da União nesse programa.

Os objetivos do ProInfo, elencados no artigo 1º do mencionado decreto, são:

- I – promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- II – fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- III – promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
- IV – contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;
- V – contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e
- VI – fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais. (BRASIL, 2007).

Já em seu artigo 2º, especifica que o ProInfo “cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante adesão”. (BRASIL, 2007).

Os artigos 3º e 4º do referido decreto-lei que institui o ProInfo, destinam-se a esclarecer a parcela de colaboração da União, representada pelo Ministério da Educação, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal que concordarem com o programa.

No que compete à União, sua colaboração se dará pela implantação de ambientes tecnológicos, equipando-os com computadores e recursos digitais, bem como pela disponibilização de conteúdos educacionais, soluções e sistemas de informação. O artigo 3º aponta ainda que, em parceria com o Estado ou o Município que aderir ao programa, a União promoverá programas de capacitação para os agentes educacionais envolvidos e de conexão dos ambientes tecnológicos à rede mundial de computadores.

Tendo em vista que tal capacitação será promovida em parceria, essa recomendação está repetida no artigo 4º do referido decreto-lei,



quando esclarece a forma de colaboração dos Estados e Municípios que aderirem ao ProInfo. Além do exposto, esses deverão, dentre outros aspectos,

prover a infra-estrutura necessária para o adequado funcionamento dos ambientes tecnológicos do Programa; assegurar recursos humanos e condições necessárias ao trabalho de equipes de apoio para o desenvolvimento e acompanhamento das ações de capacitação nas escolas; assegurar suporte técnico e manutenção dos equipamentos do ambiente tecnológico do Programa, findo o prazo de garantia da empresa fornecedora contratada. Parágrafo único. As redes de ensino deverão contemplar o uso das tecnologias de informação e comunicação nos projetos político-pedagógico das escolas beneficiadas para participarem do ProInfo. (BRASIL, 2007).



Sobre a verba para efetivação desse programa, o artigo 5º do citado decreto-lei menciona que “as despesas do ProInfo correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE”. (BRASIL, 2007).



Ainda é mencionado que o Ministério da Educação será responsável pela coordenação e implantação do programa, devendo acompanhá-lo e avaliá-lo.

Nesse contexto, a Secretaria da Educação do Paraná (Seed/PR) tem desenvolvido projetos que visam à integração de mídias de inclusão digital com a finalidade de proporcionar a integração e o acesso de alunos e professores da rede pública estadual a essas tecnologias. Assim, a Seed/PR criou os projetos “Paraná Digital” e “TV *Pendrive*”. Todavia, não é possível afirmar que esses projetos representem a parceria do estado com a União, como proposto no ProInfo. O projeto “Paraná Digital” foi criado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com o objetivo de informatizar as escolas para levar professores e alunos da rede estadual de ensino a ter acesso ao portal “Dia-a-Dia Educação”, o que nos leva a crer que está diretamente relacionado ao proposto pelo ProInfo.



Sobre a TV *Pendrive*

O projeto “TV *Pendrive*”, em consonância com a implementação das novas tecnologias na educação com vistas a melhorias no processo de ensino e aprendizagem, influenciadas por essas tecnologias inseridas na sala de aula, prevê a instalação nas escolas públicas estaduais, de aparelhos de televisão de 29 polegadas, com entrada VHS, DVD, cartão de memória, *pendrive*, saídas para caixas de som e projetor multimídia, em todas as 22 mil salas de aula do estado. Em síntese, cada sala de aula das escolas do estado receberia uma televisão com as especificações acima e, cada professor receberia um *pendrive* de 2 gigabytes. (PORTAL, s./d.).

Segundo o então secretário de Estado da Educação, Mauricio Requião, em entrevista à Agência Nacional de Notícias do Estado do Paraná, lembra que é necessário “desenvolver uma ferramenta que estabelecesse a ligação entre os laboratórios de informática, a tele-sala e os alunos, facilitando aos professores o acesso aos conteúdos oferecidos pelo Programa Paraná Digital”. Assim, a TV *Pendrive* é um equipamento para complementar os recursos tecnológicos do referido programa. (AGÊNCIA, 2007).

Com a TV *Pendrive*, o professor pode dispor de outros recursos de ensino, além da própria TV, pois a mesma possibilita exibição de filmes, execução de músicas em formato MP3; exibição de *slides*, imagens, charges, entre outros. Além disso, visando a auxiliar o trabalho docente, a “TV Paulo Freire”, desenvolvida pela Seed/PR, disponibiliza vídeos e materiais que estabelecem a integração entre os projetos que envolvem tecnologia educacional e mídia impressa, como o livro didático público.

A fim de atingir os alunos matriculados na rede pública estatal de ensino, os aparelhos de televisão foram produzidos pelo grupo Cequipel em parceria com a CCE, tendo o custo individual de R\$860,00, totalizando um ônus de R\$18.920.000,00 aos cofres estaduais.

Com vistas à capacitação dos professores, a Seed/PR preparou 270 assessores, organizados nas Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação (CRTEs), para auxiliar os professores no uso dessas novas tecnologias. Ainda visando a auxiliá-los, foi preparado um *e-book* (livro virtual), que explica a forma de utilização da TV *Pendrive*. Assim, o governo do Paraná propõe a utilização das novas tecnologias como um caminho para a melhoria da educação, pautando-se, inclusive, em fundamentação teórica para embasar os recursos tecnológicos como objetos de aprendizagem.



Porém, a introdução desse recurso nas escolas causou polêmica como demonstrou reportagem veiculada pelo jornal *Gazeta do Povo*, em 24 fev. 2008. Nessa notícia foi relatado que os professores da rede estadual defendem o uso de multimídia em sala de aula para reforçar e ilustrar conteúdos previstos nos programas educacionais. No entanto, o professor de psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Américo Walger, na mesma notícia, comenta de forma negativa o uso da TV:

É só para manter a atenção do aluno, não para fazer pensar [...]. Nas escolas particulares a tecnologia funciona como um chamariz, para fisgar clientes. Na escola pública a tevê tem a suposta finalidade de prender a atenção do aluno. Mas a rede pública vem funcionando como centro de assistência social e não como formadora de cidadãos. (GAZETA, 2008, p. 5).



Apontando um outro aspecto da questão, uma pesquisa de opinião realizada anteriormente, na cidade de Londrina/PR, pela *Gazeta do Povo*, com cem alunos e 32 professores, apurou que “os professores não sabem usar os recursos multimídia, sendo necessária [uma] formação continuada aos mesmos”.



Desse modo, com o objetivo de refletir sobre as políticas públicas para uso de tecnologias na educação, sobre a TV *Pendrive*, seu uso e implantação, na cidade de Londrina, segue relato da investigação realizada acerca da percepção dos professores sobre tal “objeto de aprendizagem” e seu impacto nas salas de aula.

A TV *Pendrive* e a percepção dos professores

Tendo em vista que as políticas e projetos são implementados, mas que é o professor o foco das mesmas, procedeu-se a uma breve investigação com professores da rede pública estadual de Londrina/PR, com o objetivo de investigar a percepção dos mesmos em relação à TV *Pendrive*. O estudo foi realizado com 18 professores da rede estadual, de seis escolas daquela cidade.

Como instrumento de verificação, foi elaborado um questionário composto de 12 perguntas, sendo quatro questões abertas e oito objetivas.

Os dados obtidos foram tabulados, analisados e confrontados com a bibliografia proposta, contudo, não se levou em consideração, nesse

primeiro momento, variáveis como, sexo, idade, formação e tempo de serviço.

Sobre o local onde o professor prepara suas aulas com a TV *Pendrive*, seis (33,3%) dos entrevistados assinalaram mais de uma resposta. Assim, tem-se que a maioria dos professores, 15 (83,3%) prepara suas aulas em casa; cinco (27,7%) preparam as aulas com a TV *Pendrive*, na escola, durante a hora/atividade, e quatro professores (22,2%) preparam suas aulas com a TV na escola.

No que se refere à frequência de utilização da TV *Pendrive*, a maioria deles, ou seja, 13 (72,2%) a utiliza de uma a três vezes por mês ou até mais, como podemos verificar no gráfico 1.

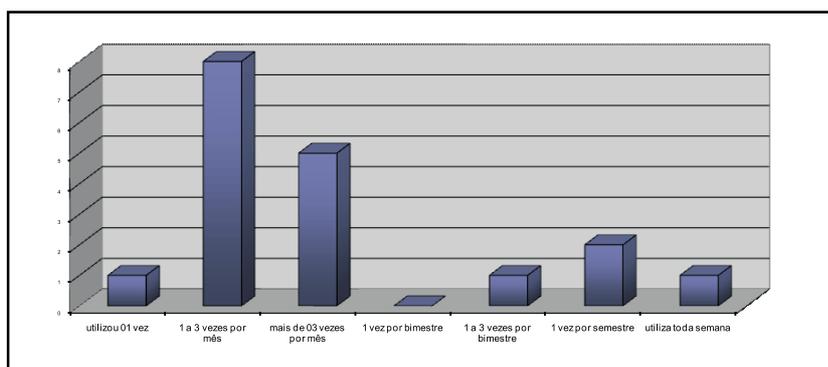


Gráfico 1: Frequência de utilização da TV *Pendrive* pelos professores

Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras.

Essa utilização maciça, no universo entrevistado, está relacionada à própria justificativa dos entrevistados quanto à importância da TV *Pendrive*, uma vez que a grande maioria, ou seja, 14 professores (77,7%) consideram-na importante por possibilitar a exibição de diferentes recursos, facilitando o processo de ensino e aprendizagem, na medida em que atrai a atenção do aluno. Os quatro professores (22,2%) que não atribuíram diretamente a importância ao fato de a mesma ser um recurso de ensino, justificaram sua importância dizendo que a mesma facilitou o processo de ensino e aprendizagem.

Em decorrência, ao serem indagados sobre o fato de a TV *Pendrive* ter possibilitado que os alunos aprendessem mais, 15 (83,3%) dos professores disseram *sim*, e três (16,6) deles disseram *não*. Um desses

professores justificou dizendo que “*ainda é cedo para fazer tal avaliação*”. Portanto, ao serem indagados se a TV *Pendrive* facilitou o processo de ensino e aprendizagem, 12 (66,6%) professores disseram *sim*; dois (11,1%) disseram *não*, e quatro (22,2%) não responderam.

A justificativa para tal, segundo a opinião de dez (55,5%) professores, é de que a TV é um recurso que dinamiza as aulas, tornando-as mais interessantes, visto que possibilita ao aluno a visualização de alguns conteúdos, além de interessá-lo, motivando-o a prestar atenção nas aulas. Dentre os demais professores, quatro (22,2%) não responderam, e quatro apresentaram respostas variadas. Desses, dois professores apresentaram respostas instigantes. Cabe destacar a opinião de um professor que relatou que a TV *Pendrive* facilitou o processo de ensino e aprendizagem, pois possibilita “*mostrar programas, imagens, sons, etc. sem ter que carregar um monte de material*”.

Constatou-se que a TV *Pendrive* é utilizada pela maioria dos entrevistados como recurso básico, ou seja, exibição de filmes (72%) ou de figuras (77,7%). Pudemos ainda observar que os professores não conhecem todos os recursos que a TV *Pendrive* permite, o que é confirmado pela fala de um dos professores: “*A tecnologia é um suporte positivo à educação, a TV agrupa dois recursos em 1.*”

É válido mencionar que os entrevistados assinalaram mais de uma finalidade de uso para a TV *Pendrive*, criando, inclusive, finalidades que não haviam sido propostas na questão original, conforme demonstrado no gráfico 2.

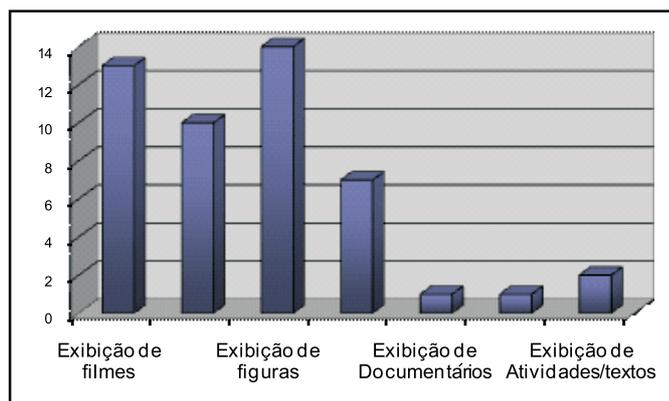


Gráfico 2: Finalidade de utilização da TV *Pendrive* pelos professores
Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras.

Outro aspecto que pode demonstrar o desconhecimento do professor acerca do recurso proposto, refere-se às respostas obtidas ao serem questionados se o governo deveria ter enviado outros recursos e quais deveriam ser esses, 10 (55,5%) professores disseram *não*, e oito (44,4%) disseram *sim*. Dentre os recursos elencados, percebeu-se que a maioria dos professores preferia recursos diretamente relacionados à sua área, conforme mostra o gráfico 3.

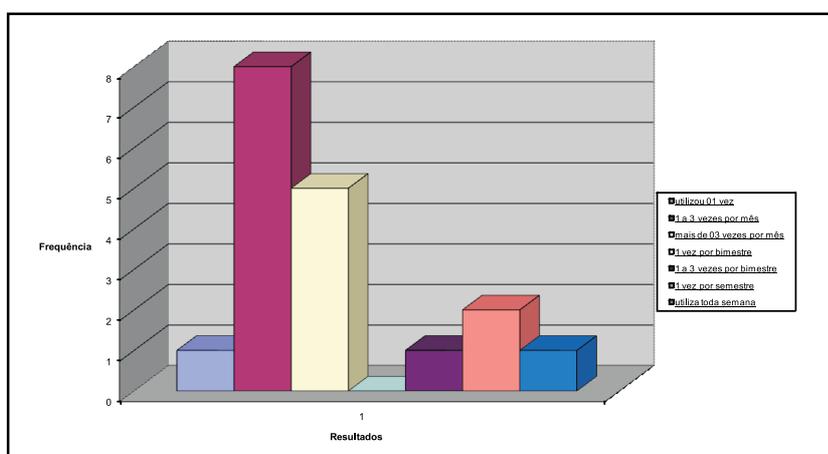


Gráfico 3: Recursos que o governo deveria ter enviado
 Fonte: Pesquisa realizada pelas autoras.

Evidencia-se o desconhecimento desses professores acerca dos recursos da TV *Pendrive*, visto indicarem materiais pedagógicos, como mapas, *data-show*, revistas, ou seja, materiais que podem ser utilizados, para exibição aos alunos, na TV *Pendrive*. Apenas um professor indicou que o governo deveria ter investido mais na estrutura do sistema.

Ao serem indagados sobre a razão de o governo ter enviado esse recurso, 14 (77,7%) dos professores indicaram que tal iniciativa visou a ampliar os recursos didáticos para favorecer o processo de ensino e aprendizagem; um (5,5%) indicou que o objetivo era “*possibilitar aos professores a utilização das novas tecnologias da informação*”; outro indicou que essa iniciativa está relacionada a uma “*política pública, já que todas as escolas receberam*”; três (16,6%) professores fizeram menção a verbas ou acordos efetuados: “*Gastar os recursos do Banco Mundial*”; ou “*O governo está comprometido com a educação, e também por receber verba exclusiva*”.

para isso”; ou ainda, “*Creio que tenha havido algum tipo de negociata entre empresários e Estado.*”

Nenhum dos professores entrevistados mencionou o ProInfo, tampouco o projeto “TV Pendrive” como justificativa.

Talvez essa relação não tenha sido evidenciada pelos entrevistados, pois, ao serem indagados sobre o fato de terem sido promovidos cursos de capacitação para utilização da TV *Pendrive*, três (16,6%) professores disseram que não houve capacitação; oito (44,4%) não responderam, e seis (33,3%) disseram que houve. Contudo, desses, um indicou que recebeu “*em casa um manual do governo*”; outros que a “*capacitação foi ineficiente*”, ou ainda, que a mesma ocorreu em reuniões nos polos, apenas com informações e *e-book* para leitura do professor. Todavia, é sabido que os professores podem solicitar aos CRTs um profissional para visitar a escola e ensinar-lhes a utilizar o recurso, fato que parece ser desconhecido dos entrevistados.

Ao serem indagados sobre o fato de terem tido dificuldade na utilização do recurso, constatou-se que a maioria, oito (44,4%) professores não tiveram dificuldades em sua utilização. Dentre esses, dois relataram ser “*autodidatas*”, e um destacou o fato de “*gostar de tecnologias*”. Dos sete (38,8%) professores, que relataram ter dificuldade com o uso, indicaram que os “*programas não funcionam*” ou que ainda têm “*dúvidas sobre o uso*”. Não responderam a esse questionamento três (16,6%) dos entrevistados.

Considerações finais

Com base nos resultados obtidos, pode-se inferir que o governo, por meio do projeto “TV *Pendrive*”, apesar de visar à promoção da capacitação docente para uso da tecnologia empregada, não a possibilitou de forma adequada, pelo fato de que os professores ainda não conhecem toda a potencialidade do recurso empregado, ou seja, da TV *Pendrive*.

Não foi possível identificar se o projeto “TV *Pendrive*” faz parte de uma política em atendimento ao ProInfo, visto não ter sido feita referência a esse nos projetos do governo; contudo, caso essa seja a contrapartida do Estado na efetivação do ProInfo, entende-se que o governo do Estado do Paraná precisa reavaliar sua estratégia, especialmente no que se refere à capacitação docente e à estrutura que deve prover, visto que não houve mudanças estruturais na escola. Sabe-se que em algumas escolas as TVs

não puderam ser instaladas justamente por falta de fiação, espaço, enfim, por problemas relacionados à estrutura física das mesmas.

Entende-se que, apesar da iniciativa governamental, justificada na aproximação dos alunos e professores das novas tecnologias, as políticas públicas voltadas à educação foram pensadas e implementadas sem o devido conhecimento acerca da realidade das escolas e sem a participação direta dos maiores interessados: professores e alunos. Ressalta-se a necessidade de analisar, avaliar e ouvir os atores do processo de ensino e aprendizagem, por parte dos governantes, antes de serem promovidas políticas educacionais, com vistas a evitar que essas não atinjam seus propósitos.

Por outro lado, este artigo não pretendeu esgotar o assunto, mas apontar aos educadores a necessidade de considerar o estudo acerca das mídias, visto que essas atingem de forma delineadora a formação dos seres humanos, que são sociabilizados pelo sistema midiático desde a infância. É imprescindível, como aponta Teruya (2006, p. 99), repensar as formas de “inovar as práticas de ensino utilizando os recursos da informática na formação da cidadania”.

Considera-se que as políticas públicas por si não são capazes de favorecer o processo de ensino e aprendizagem, principalmente as voltadas ao professor que, conforme visto, muitas vezes, tem dificuldades de ampliar as discussões acerca dos próprios conteúdos que ministra.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. *Televisores que vão para as salas de aula são inéditos no mercado*. 1997. Secretaria de Estado da Comunicação Social (Secs), Curitiba/PR, 27 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=26559>>. Acesso em: 15 maio 2009.

BRASIL. *Decreto-lei 6.300*, de 12 de dezembro de 2007. Aprova o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm>. Acesso em: 4 abr. 2009.

_____. *Lei 10.172*, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 4 abr. 2009.

GAZETA do Povo. *Aula multimídia agrada professores, mas rende críticas*. Paraná, 24 fev. 2008.

PORTAL Educacional do Estado do Paraná. *TV Pendrive*. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>. Acesso em: 15 maio 2009.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígia Silva. *Alfabetização tecnológica do professor*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

TERUYA, Teresa Kazuko. *Trabalho e educação na era midiática: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação*. Maringá: Eduem, 2006.

ZANCHETA JÚNIOR, Juvenal. Apontamentos para uma política educacional sobre mídia na escola brasileira. *Pro-Posições*, v. 19, n. 1, p. 55, jan./abr. 2008.

Recebido em 21 de janeiro de 2010 e aprovado em 20 de abril de 2010.